



Juntos em uma nova história!
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Ave. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-Ma.
CNPJ: 06.314.439/0001-75

FLS. Nº 71
Proc. Nº 5809.2021
Rubrica _____

EDITAL

PROCESSO N° 1201.2021

TOMADA DE PREÇOS N° 005/2021

O Município de Duque Bacelar, através da Comissão Permanente de Licitação - CPL, instituída pela Portaria N° 01 de 02 de janeiro de 2021, publicada no Atrium da Prefeitura no dia 02 de janeiro do ano em curso, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO, tipo menor preço global, regida pela Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, neste edital e seus anexos, cuja documentação e Propostas de Preços deverão ser entregues na data, local e horário abaixo mencionados.

O procedimento licitatório será regido pela Lei Federal n° 8.666/1993 e suas alterações, Lei Complementar n° 123/2006 alterada pela Lei Complementar n° 147/2014 e demais legislações pertinentes, bem como pelas disposições deste Edital e seus anexos.

1- DA ABERTURA

1.1 - A Comissão receberá os documentos e propostas em sessão pública a ser realizada, conforme abaixo indicado:

LOCAL: Ave. Coronel Rosalino, S/N - Centro - Duque Bacelar

DATA: 23 /03 /2021

HORÁRIO: 08 : 30 (oito horas e trinta minutos - horário local)

1.2 - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter publico que impeça a realização deste evento na data acima mencionada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

2 - DO OBJETO

2.1 - A presente licitação tem por objeto a Contratação de empresa para serviços continuados de disponibilidade de Sistema Operacional de Folha de Pagamento, Contabilidade e Informações no Portal da Transparência, destinados à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Infraestrutura e para o Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores de Duque Bacelar-MA/FAPEDUQUE, conforme projeto básico anexo I, deste edital.



Juntos em uma nova história!
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Ave. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-Ma.
CNPJ: 06.314.439/0001-75

FLS. N° 72
Proc. N° 1209.2021
Rubrica _____

2.2 - Valor estimado de R\$ 47.672,00 (Quarenta e sete mil, seiscentos e setenta e dois reais).

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar desta Licitação os interessados pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, cadastrados no órgão licitante ou no Sistema de Cadastramento de Fornecedores do Município, (facultativo) que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.

4.1.2. Também poderão participar quaisquer outros interessados pertencentes ao ramo de atividade, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que estejam devidamente cadastrados no órgão licitante, e atendam a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, desde que também atendam a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.

4.2. Não será admitida nesta licitação a participação de pessoas jurídicas:

4.2.1. Com falência, recuperação judicial, concordata ou insolvência, judicialmente decretadas, ou em processo de recuperação extrajudicial;

4.2.2. Em dissolução ou em liquidação;

4.2.3. Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com o Município de Duque Bacelar;

4.2.4. Que estejam impedidas de licitar e de contratar com a Administração Pública;

4.2.5. Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

4.2.6. Que estejam reunidas em consórcio sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

4.2.7. Estrangeiras que não funcionem no País;

4.2.8. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

4.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão dos serviços e do exercício do cargo de preposto, e desde que os bens contratados sejam fornecidos

AB



Juntos em uma nova história!
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Ave. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-Ma.
CNPJ: 06.314.439/0001-75

FLS. Nº 73
Proc. Nº 1709-2021
Rubrica _____

obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. O licitante, ou o seu representante, deverá, no local, data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, apresentar-se à Comissão Permanente de Licitação para efetuar seu credenciamento como participante desta Licitação, munido da sua carteira de identidade, ou de outro documento equivalente, e do documento que lhe dê poderes para manifestar-se durante os procedimentos relativos a este certame.

5.1.1. A não apresentação ou incorreção de quaisquer dos documentos de credenciamento não impedirá a participação do licitante no presente certame, porém impedirá o interessado de manifestar-se, de qualquer forma, durante a sessão, em nome do licitante.

5.2. Considera-se como representante do licitante qualquer pessoa habilitada, nos termos do estatuto ou contrato social, do instrumento público de procuração, ou particular com firma reconhecida, ou documento equivalente.

5.2.1. O estatuto, o contrato social ou o registro como empresário individual devem ostentar a competência do representante do licitante para representá-lo perante terceiros.

5.2.2. O instrumento de procuração público, ou particular com firma reconhecida, deve ostentar os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, devendo vir acompanhado dos documentos de constituição da empresa ou do registro como empresário individual.

5.2.3. Certidão simplificada da Junta Comercial expedida no máximo de 06 (seis) meses.

5.2.4. Certidão Específica da Junta Comercial expedida no máximo de 06 (seis) meses.

5.3. Cada credenciado poderá representar apenas um licitante.

4.10- É vedada a participação de sociedades:

a) em consórcio;

b) que estejam suspensas ou sob Declaração de Inidoneidade, nos termos do art. 87, incisos III e IV, e art. 88, incisos I, II e III, da Lei 8.666/93 e alterações.

5 - DOS ENVELOPES

5.1 - A documentação necessária à Habilitação, bem como as Propostas de Preços deverão ser apresentadas em envelopes distintos, no dia, hora e local indicados no item I - DA ABERTURA, devidamente fechados, e com a identificação, conforme abaixo:

MUNICÍPIO DE DUQUE BACELAR
(IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA)
ENVELOPE Nº 01 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº 0005/2021
RAZÃO SOCIAL E CNPJ

MUNICÍPIO DE DUQUE BACELAR
(IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA)
ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA
TOMADA DE PREÇO Nº 0005/2021
RAZÃO SOCIAL E CNPJ

5.2 Não será admitido o encaminhamento dos envelopes por via postal ou similar, sendo recebidos apenas se entregues pessoalmente no ato de abertura da sessão pública.

5.2 - DA HABILITAÇÃO

5.1 - Para a habilitação nesta Tomada de Preços o interessado deverá apresentar dentro do seu prazo de validade os seguintes documentos:

5.2.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA;

- a) a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.
- b) Requerimento de empresário, no caso de empresa individual; ou
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; ou
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.2.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Certidão Conjunta Negativa, ou Certidão Conjunta Positiva com efeitos de Negativa, de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando a regularidade para com a Fazenda Federal.
- b) Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual.
- c) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Estado, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do licitante.
- d) Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativa a atividade econômica, expedida pelo Município do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal.
- e) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Município, expedida pelo Município do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal.
- f) Certificado de Regularidade de Situação do FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas da jurisdição da localização da sede da empresa, comprovando situação regular (CNDT).

5.2.3 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) - Apresentação de 01 (um), atestado de capacidade técnica, firmado(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa proponente prestou serviço referente ao objeto licitado, emitidas pelo órgão atestante, que comprove que a licitante forneceu objeto compatível com esta licitação.



5.2.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

- a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata, emitida pela comarca do domicílio ou sede do licitante, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de **60 (sessenta) dias** contados da data da sua apresentação;
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios devidamente registrado na Junta Comercial do Estado.
 - b.1) O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;
 - b.2) As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento devidamente registrado na Junta Comercial do Estado;
 - b.3) Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
 - b.4) Licitante deverá comprovar que possui capital mínimo ou patrimônio líquido equivalente a 10% (dez por cento), ou seja, R\$ 4.767,20 (quatro mil, setecentos e sessenta e sete reais e vinte centavos), do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

6 - DOCUMENTOS COMPLEMENTARES:

6.1 - A documentação complementar deve ser elaborada em papel timbrado da proponente e devidamente assinada por representante legal mediante procuração; por titular, sócio-gerente, diretor equivalente e são as seguintes:

- a) Declaração, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fatos supervenientes impeditivos para habilitação, conforme modelo anexo a este Edital (artigo 32, §2º, da Lei nº 8.666, de 1993).

b) Declaração para fins do inciso V, do artigo 27 da lei 8.666/93 e, de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou, menor de 16(dezesseis) anos (artigo 70, inciso XXXIII da Constituição Federal).

6.2 - Os documentos acima mencionados poderão ser apresentados em original, e ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou previamente por membro da Comissão, até ao 1º dia útil, que antecede a abertura do certame, ou publicação em órgão da Imprensa Oficial.

6.3 - a não apresentação de qualquer documento exigido para habilitação implicará na inabilitação do licitante.

6.4 - Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração das propostas de preços.

6.5 - Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos exigidos neste Edital e seus Anexos.

6.6 - Será considerado inabilitado o licitante que:

a) Não apresentar os documentos exigidos neste Edital no prazo de validade e/ou devidamente atualizados, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

b) Incluir a proposta de preços no Envelope nº 01.

6.7 - A intimação dos atos de habilitação ou inabilitação dos licitantes será feita mediante publicação na imprensa oficial, caso algum participante não esteja presente na hora da sessão.

7.- DAS DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

7.1- As microempresas e empresas de pequeno porte, bem como as cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, e no Decreto nº 6.204, de 2007, deverão apresentar a respectiva declaração, conforme modelo anexo ao Edital, no Envelopes de nº 01 Habilitação.

7.2-Os licitantes acima identificados que não apresentarem a referida declaração não usufruirão do tratamento diferenciado estabelecido na Lei Complementar nº 123, de 2006, e no Decreto nº 6.204, de 2007.

8 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA PREÇOS

8.1 - A proposta, emitida por computador ou datilografada, redigida em língua portuguesa, com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, como também rubricadas todas as suas folhas pelo licitante ou seu representante, deverá conter:

8.1.1 - Os preços devem ser cotados em moeda nacional, em valor unitário e global, abrangendo todos os custos, tributos e encargos referentes ao objeto licitado.

8.1.2 - O preço global, expresso em algarismo e por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência.

8.1.3- Prazo de validade da Proposta de Preços, não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de encerramento para sua apresentação, nos termos do artigo 64 § 3º da Lei nº 8.666/93.

8.1.4- O prazo para prestação de serviço vigorará a partir da data de assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2020.

8.1.5 - O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, que não podem ser repassados à Administração, não serão incluídos na proposta de preços apresentada;

8.1.6 - Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor das propostas apresentadas, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes.

8.1.7 - Não será aceita reclamação posterior relativamente às propostas, sem que tenha sido devidamente registrada em ata, salvo se prevista em lei.

8.1.8 - Após a fase de habilitação, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

9 - DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES.

9.1 - Cada licitante somente poderá fazer-se presente às reuniões desta licitação através de um representante.



Juntos em uma nova história!
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Ave. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-Ma.
CNPJ: 06.314.439/0001-75

FLS. Nº 79
Proc. Nº 1209.2021
Rubrica _____

9.1.1 - Depois da hora marcada, nenhum envelope contendo documento ou proposta será recebido pela Comissão, devendo neste caso o fato ser consignado na respectiva ata.

9.2 - Quando da entrega dos envelopes DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO, o representante legal da proponente deverá apresentar, separadamente, à comissão, sua carteira de identidade e o comprovante do seu credenciamento junto à comissão, que tanto pode ser procuração passada por instrumento público ou particular, como declaração firmada pelo signatário da proposta com a identificação e o CGC da empresa licitante, esta última, com firma reconhecida.

9.2.1 - quando o representante legal da proponente for sócio ou proprietário, deverá apresentar original e cópias não autenticadas ou apenas cópia autenticada do Estatuto ou contrato social da empresa (e suas alterações, caso existam), devidamente registrada na repartição competente (Junta Comercial, Registro de Títulos e Documentos), no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações, em decorrência de tal investidura .

9.2.2 - A procuração, a declaração ou a cópia do Estatuto citado nos subitens 8.2 e 8.2.1, ficará retida para autuação no Processo.

9.3 - Somente os representantes legais, credenciados e identificados na forma dos subitens 7.2 e 7.2.1, os membros da Comissão e os Técnicos eventualmente por esta convidada é que poderão pronunciar-se no curso dos trabalhos. As demais pessoas presentes poderão acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos, vedados qualquer interferência.

9.4 - Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa proponente.

9.5 - finda a fase de credenciamento e identificação dos representantes, proceder-se-á a abertura dos envelopes.

9.6 - Os envelopes DOCUMENTAÇÃO e PROPOSTA DE PREÇOS, deverão ser entregues à Comissão Permanente de Licitação na data e horário fixados neste Edital.

9.7 - Os envelopes contendo a documentação, que se refere à habilitação, serão abertos na presença dos interessados que procederá à conferência de validade da referida documentação e demais exigências decorrentes deste Edital e Anexos e que será devidamente rubricada pelos mesmos e pela Comissão de Licitação.

9.8 - Caso a Comissão de Licitação julgue conveniente poderá suspender a reunião para análise dos documentos de habilitação, ou proceder a diligências sobre aspectos apontados pelos interessados ou considerados fundamentais pela própria Comissão.

9.9 - Ocorrendo às hipóteses previstas no subitem anterior, os envelopes de PROPOSTA DE PREÇOS, serão lacrados e rubricados pelos membros da comissão e pelos participantes, ficando sob a sua guarda para abertura em outra reunião, cuja data deverá ser indicada na respectiva Ata de Abertura ou através de comunicação publicada na Imprensa Oficial.

9.10 - concluído o exame da documentação de que tratam serão relacionadas as licitantes julgadas inabilitadas, às quais serão devolvidos os ENVELOPES PROPOSTAS, depois de adotadas as precauções de praxe sobre sigilo das propostas, e desde que não tenha havido recurso, ou se ocorrido, após a sua denegação.

9.11 - em data previamente estabelecida, e desde que tenha transcorrido o prazo para interposição de recurso, ou tenha havido desistência formal de sua apresentação, ou ainda, tenha ocorrido julgamento dos recursos interpostos, proceder-se-á à abertura dos envelopes PROPOSTA.

9.12 - Qualquer declaração, contestação ou impugnação apresentadas pelas licitantes, deverão constar das respectivas Atas, as quais deverão ser, obrigatoriamente, assinadas pelos membros da Comissão e representantes das licitantes. Ocorrendo recusa à assinatura por qualquer licitante, tal fato deverá ser registrado na Ata.

10 - CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DA ADJUDICAÇÃO

10.1 - No julgamento das propostas será considerado vencedora a proponente que tendo cumprido as exigências deste edital, e levado em consideração, o tipo de licitação fixado no parágrafo 1º do artigo 45 da Lei n.º 8.666/93, qual seja, o de menor preço global.

10.2 - A critério da Administração, no caso de desclassificação de todas as propostas, poderão ser convocados os participantes para, no prazo de 8 (oito) dias úteis, apresentarem novas ofertas, em obediência ao disposto no parágrafo único do artigo 48 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

10.3 - Será considerada vencedora a licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações constante deste Edital e seus anexos e ofertar o **MENOR PREÇO global**.

10.4 - No caso de empate será assegurada, como **critério de desempate, preferencia de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte**. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores a proposta mais bem classificada, conforme o disposto no parágrafo 1º, art. 44º, da Lei 123/2006.

10.5 - Persistindo o empate, será realizado sorteio para escolha do vencedor, na presença dos licitantes interessados, conforme estabelece o parágrafo 2º do artigo 45 da Lei 8.666/93 e alterações.

10.6 - Não será levada em consideração para efeito de julgamento, a proposta que contenha vantagem não prevista no edital.

10.7 - Depois de atendidas as condições delineadas neste edital, a adjudicação será feita a uma única empresa.

10.8 - A comissão Permanente de Licitação após proceder ao Julgamento da presente licitação, submeterá o seu resultado à consideração do Gestor Municipal, com vista à homologação e adjudicação do objeto da licitação.

10.9 De acordo com as disposições da Lei nº 8.666/93 a Administração, caso tenha conhecimento anterior ou posterior ao julgamento da licitação, sobre atos ou fatos que desabonem a idoneidade financeira, técnica ou administrativa da adjudicatária, através de despacho fundamentado, poderá desclassificar a licitante vencedora da presente licitação, mesmo já tendo ocorrido a assinatura do TERMO DE CONTRATO, ou a entrega da NOTA DE EMPENHO, sem que caiba direito à mesma indenização ou ressarcimento, e sem prejuízo de aplicação de sanções cabíveis.

10.10 - A decisão da comissão somente será considerada definitiva, após homologação realizada pelo Gestor Municipal.

10.11 - A sociedade adjudicatária deverá assinar o contrato no prazo Maximo de 05 dias úteis contados da convocação feita pelo órgão ao preposto da licitante, sob pena de decair à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei n.º 8.666/93 e da faculdade de a Administração convocar os licitantes remanescentes, nos termos do art. 64 e seus parágrafos.

11 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 - A empresa vencedora firmará contrato (anexo do edital) com o Município de Duque Bacelar, nos termos do edital e da proposta vencedora que o integrarão, para todos os efeitos, juntamente com todos os elementos que servirem de base para o julgamento.

11.2 - Arcar com todas as despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação, inclusive materiais, mão-de-obra, impostos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas, comerciais e outras decorrentes da prestação dos serviços serão de responsabilidade da empresa contratada.

11.3 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da prestação dos serviços objeto desta licitação, não podendo ser argüido, para efeito de exclusão de sua responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento do fornecimento dos materiais.

11.4 - Manter durante o período de execução dos serviços contratados, as condições de regularidade junto ao FGTS, INSS, e as Fazenda Federal, Estadual, e Municipal, bem como, responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução dos serviços.

11.5 - Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões até o limite fixado no §1º do artigo 65 da Lei 8.666/93.

11.6 - Todas as atividades inerentes a execução dos serviços são de inteira responsabilidade da proponente.

12 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1 - A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente licitação, consoante estabelece a Lei 8.666/93 e suas alterações.

12.2 - as decisões e providências que ultrapassem a competência do representante da CONTRATANTE deverão ser solicitadas a seus superiores, em tempo hábil, para a adoção de medidas convenientes.

12.5 - Providenciar o pagamento à contratada, à vista das Notas fiscais/Faturas devidamente atestadas.

13 - DO CONTRATO

13.1 A Comissão Permanente de Licitação convocará a licitante vencedora mediante notificação para assinar o TERMO DE CONTRATO, no prazo Máximo de 5 (cinco) dias a contar do recebimento da notificação sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da lei 8.666/93 e suas alterações.

13.2 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o TERMO DE CONTRATO, conforme estabelecido no subitem anterior, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à multa de 10% (dez por cento) do valor da contratação.

Juntos em uma nova história!
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Ave. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-Ma.
CNPJ: 06.314.439/0001-75

13.3 - É facultado à Administração, quando o convocado não assumir o TERMO DE CONTRATO no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, obedecendo a ordem de classificação estabelecida pela comissão, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro colocado, ou revogar a licitação consoante prevê a Lei nº 8.666/93 e alterações.

13.4 - O prazo de convocação para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado, uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante durante o seu transcurso e desde que seja apresentado motivo devidamente justificado e aceito pela Administração.

13.5 - Considera-se como parte integrante do Contrato, os termos da Proposta vencedora e seus anexos, bem como os demais elementos concernentes à licitação que servirem de base ao processo licitatório.

13.6 - Caberá à contratada providenciar a publicação do extrato do contrato até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao da assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, consoante estabelece a Lei n.º 8.666/93.

14 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

PREFEITURA 02 02 03 - Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Infraestrutura;

04 122 0003 2017 - Manutenção e Funcionamento das Unidades Administrativas;

02 06 01- FAPEDUQUE

09 271 0032 2121 - Manutenção e Funcionamento do FAPEDUQUE

ELEMENTO DE DESPESA:

3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica

15 - DO PAGAMENTO

15.1 - O pagamento será efetuado mensalmente pela contratante, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente identificadas com o numero do contrato de repasse, através de depósito em conta corrente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após apresentação da nota fiscal correspondente..

15.2 - A contratante não fará nenhum pagamento à contratada antes de paga ou revelada a multa que porventura lhe tenha sido aplicada;

15.3 - Não será efetuado qualquer pagamento à contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

16. - DO PRAZO PAR PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

16.1 - O instrumento contratual previsto no presente ato convocatório constitui o documento autorizativo para prestação dos serviços, conforme preceitua o art. 62 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

17. - DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO

17.1 - Por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, a Administração poderá revogar a presente licitação, devendo anula-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

17.2 - A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato e não gera obrigações de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

17.3 - No caso de desfazimento do processo licitatório, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

18 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada, após regular processo administrativo, à penalidade de:

a) Multa moratória de até 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias.

18.1 A aplicação da multa moratória não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.



18.2 A inexecução total ou parcial do contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital e no contrato, sujeitará a Contratada, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b) Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação;

c) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o **Município de Duque Bacelar** pelo prazo de até dois anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior.

18.3 A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a as penalidades acima estabelecidas.

18.4 Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

18.4.1 Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

18.4.2 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

18.4.3 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o



procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

18.6 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.7 - As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

18.8 - Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.9 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de cadastro municipal

18.10 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

19. - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

19.1- Dos atos praticados pela administração caberão os seguintes recursos, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ATA, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação do licitante;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da licitação;
- d) rescisão do contrato ou instrumento equivalente, a que se refere o art. 79, inciso I, da lei n 8.666/93;
- e) aplicação das penas de advertência, suspensão temporárias ou de multa.
- f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária de participação em licitação ou multa;
- g) rescisão do contrato.



Juntos em uma nova história!
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Ave. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-Ma.
CNPJ: 06.314.439/0001-75

FLS. Nº 87
Proc. Nº 1209.2021
Rubrica _____

19.2 - Representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

19.3 - Pedido de reconsideração, no prazo de 10(dez) dias úteis, de decisão (indicar a autoridade, conforme o caso), na hipótese do parágrafo 3º do art. 87, da Lei nº 8.666/93.

19.4 - A intimação dos atos referidos no subitem 18.1, alíneas a, b, c e d, excluídos os relativos à advertência e multa de mora, e no subitem 12.3, será feita mediante publicação na Imprensa Oficial, salvo para os casos previstos nas alíneas a e b, se presentes os prepostos dos licitantes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e consignada em Ata.

19.5 - O recurso previsto nas alíneas a e b do subitem 2.8.3, terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir eficácia suspensiva aos demais recursos.

19.6 - Interposto o recurso será comunicado aos demais licitantes que poderão impugná-los no prazo de 5 (cinco) dias.

19.7 - Os recursos deverão ser manifestados por escritos dirigidos ao (mencionar o dirigente do Órgão), por intermédio do Presidente da comissão de Licitação, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, à autoridade superior, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento de recurso, sob pena de responsabilidade.

19.8 - Decairá do direito de impugnar perante à Administração, os termos desta licitação, aquele que aceitando-o sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que o viciariam, hipóteses em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 - Quaisquer dúvidas porventura existentes sobre o disposto no presente Edital deverão ser objeto de consulta, por escrito, à Comissão responsável pela presente licitação, em até 05 (cinco) dias consecutivos anteriores à data de abertura do certame.

20.1.1 - As dúvidas serão consolidadas e respondidas, por escrito, após esgotado o prazo de consulta, por meio de circular afixada em mural na sede da Comissão e encaminhada a todos os interessados que tenham informado seu endereço



Juntos em uma nova história!
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Ave. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-Ma.
CNPJ: 06.314.439/0001-75

FLS. Nº 88
Proc. Nº 1209-2021
Rubrica _____

eletrônico, cabendo àqueles que por qualquer motivo não tenham recebido as informações no prazo estipulado o dever, no resguardo de seus interesses, de inteirar-se sobre o teor do documento.

20.2 - As disposições deste Edital poderão ser objeto de impugnação, por violarem disposições legais, especialmente da Lei nº 8.666, de 1993, nos seguintes termos:

20.2.1 - Por parte de qualquer cidadão, desde que protocole o pedido até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, cabendo à Administração responder à impugnação em até 03 (três) dias úteis;

20.2.2 - Por parte do licitante, desde que protocole o pedido até o segundo dia útil que anteceder a data de abertura dos envelopes de habilitação; ao contrário, a comunicação não terá o efeito de recurso.

20.2.3 - A impugnação tempestiva não impede o licitante de participar da licitação até o trânsito em julgado da decisão correspondente.

20.3 - Os interessados deverão estudar minuciosa e cuidadosamente o Edital e seus Anexos, bem como todas as instruções, termos e especificações técnicas presentes, informando-se de todas as circunstâncias ou detalhes que possam de algum modo afetar a aferição dos custos e prazos envolvidos na execução do objeto desta licitação.

20.4 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.5 - A participação na licitação implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem como obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.

20.6 - Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

20.7 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da Comissão em contrário.



Juntos em uma nova história!
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Ave. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-Ma.
CNPJ: 06.314.439/0001-75

FLS. Nº 89
Proc. Nº 1209.2021
Rubrica _____

20.8 - É facultada à Comissão ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

20.9 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.10 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20.11 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.12 - As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.13 - Em caso de divergência entre disposição do Edital e das demais peças que compõem o processo, prevalece a previsão do Edital.

20.14 - O Edital e seus Anexos poderão ser baixados em PDF, no site da prefeitura, no SACOP/TCE, lidos e/ou obtidos no órgão, situado no endereço **Ave. Coronel Rosalino, S/N - Centro, Duque Bacelar/Ma.** até o terceiro dia útil antes da abertura do certame, no horário das **08:00 (oito) horas às 14:00 (quatorze) horas**, dúvidas ou esclarecimentos adicionais no endereço supra, cplduquebacelar@gmail.com ou pelo pelo tel (98) 3474-1313.

20.15 - Os autos do processo administrativo permanecerão disponíveis aos interessados no órgão ate o terceiro dia útil antes da abertura do certame, situado no endereço **Ave. Coronel Rosalino, S/N - Centro, Duque Bacelar/Ma.** nos dias úteis, no horário das **08:00 (oito) horas às 14:00 (quatorze) horas**, mediante o pagamento da impressão, na forma do § 5º do art. 32 da Lei Nº 8.666/93.

20.16 - Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão com base nas disposições da Lei nº 8.666, de 1993, e demais diplomas legais eventualmente aplicáveis.

20.17 - O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o de Coelho Neto, com exclusão de qualquer outro.

AB

21. DOS ANEXOS

Compõe este Edital os seguintes documentos

20.1 ANEXO I - Projeto Básico

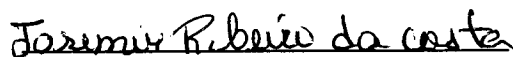
20.2 ANEXO II - Modelo de declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação

20.3 ANEXO III - Modelo de declaração relativa à proibição do trabalho do menor (Lei nº 9.854/99)

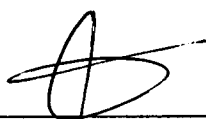
20.4 ANEXO IV - Modelo de declaração de microempresa, de empresa de pequeno porte, ou de cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007

20.5 ANEXO V - Minuta do Contrato

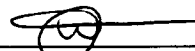
Duque Bacelar/MA, 05 de março de 2021.



Josemi Ribeiro da Costa
Presidente da CPL



Membros



Membro



Juntos em uma nova história!
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Ave. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-Ma.
CNPJ: 06.314.439/0001-75

FLS. Nº 91
Proc. Nº 1209.2021
Rubrica _____

TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2021/CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR-MA

ANEXO I - PROJETO BASICO

1 - OBJETO

1.1 - Contratação de empresa para serviços continuados de disponibilidade de Sistema Operacional de Folha de Pagamento, Contabilidade e Informações no Portal da Transparência, destinados à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Infraestrutura e para o Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores de Duque Bacelar-MA/FAPEDUQUE.

2 - DA PADRONIZAÇÃO

ITENS QUE A SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DEVERÁ CONTER:

ITENS OBRIGATÓRIOS AOS SISTEMAS:

- Estrutura modular com módulos integrados;
- Plataforma Cliente/Servidor (As aplicações cliente/servidor podem ser desenvolvidas utilizando-se modelo de 2 (Duas), 3 (Três) ou mais camadas);
- Funcionar em rede, no mínimo sob o sistema operacional Windows , com as estações de trabalho rodando em qualquer sistema operacional ;
- Controle de acesso aos módulos em seus menus, sub-menus e relatórios, somente para pessoas autorizadas;
- Ser compatível com ambiente multiusuário, permitindo a realização de tarefas concorrentes, passivo de uso com acesso remoto tal como Terminal Service;
- Estar ajustado para armazenar, processar e representar datas anteriores, durante e posteriores ao ano 2000 tratando o século explicitamente e considerando o ano 2000 como bissexto;
- Prover o controle efetivo do uso dos sistemas, oferecendo total segurança contra a violação dos dados ou acessos indevidos às informações, através do uso de senhas, permitindo configuração das permissões de acesso individualizadas por usuário e função;
- Registrar nas atualizações efetuadas sobre cadastros e movimentações, o código do operador e data da operação;
- Registrar o log da utilização de transações;
- Possuir atualização on-line dos dados de entrada, permitindo acesso às informações atualizadas imediatamente após o término da transação;

- Ser baseado no conceito de controle de transações, mantendo a integridade do Banco de Dados em quedas de energia e falhas de software/hardware;
- Possuir, opção de fazer e desfazer as ações executadas pelos sistemas aplicativos. Ex: Inclusão de requisição de material e estorno de requisição de material;
- Teclas e funções padronizadas em todos os sistemas, de forma a facilitar o seu aprendizado e operação;
- Utilizar em arquivos e tabelas do Sistema de Administração Tributária que envolva valores utilizados no cálculo, lançamento, parcelamento e anistia de tributos o conceito de baixas "lógicas" de modo a preservar o histórico das alterações efetuadas;
- Permitir personalizar relatórios e telas com a identificação da Prefeitura Municipal ;
- Permitir a visualização dos relatórios em tela, bem como a gravação opcional dos mesmos em arquivos, com saída em disquete ou disco rígido, e a seleção da impressora da rede desejada;
- Ser parametrizável pelo usuário, em tabelas de fácil compreensão e atualização;
- Permitir a consulta a todas as tabelas dos sistemas, no momento de sua utilização;
- Assegurar a integração de cadastros e tabelas de cada sistema aplicativo, garantindo que a informação seja alimentada uma única vez;
- Possuir Ajuda *on-line* sensível ao contexto com possibilidade de acesso através de tecla de atalho;
- Possuir a facilidade de importação/exportação de dados;
- Sistemas aplicativos construídos com interface gráfica nativa e suporte para utilização de mouse.
- Integração total entre seus módulos ou funções;
- Garantir a integridade referencial de arquivos e tabelas. P.ex., Bloquear baixa de contribuinte que esteja vinculado a imóvel; refletir em todo o processamento da folha de pagamento a alteração de situação de dependente decorrente de maioria, etc.;
- Garantir que os relatórios tenham totalização a cada quebra de item e geral;
- Utilizar a língua portuguesa para toda e qualquer comunicação dos sistemas aplicativos com os usuários;
- Disponibilizar Manual do Administrador contendo as informações previstas nesse anexo, Documentação Técnica de uso do STI, item 5;
- Disponibilizar Manual do Usuário contendo as informações previstas nesse anexo, Documentação Técnica do STI, item 6;
- Os sistemas deverão ser desenvolvidos para utilização em ambiente gráfico e no mínimo sistema operacional Windows, podendo ser utilizados em outro sistema operacional, além do sistema operacional Windows.

- Os sistemas deverão ser desenvolvidos para utilização em ambiente gráfico e no mínimo sistema operacional Windows, podendo ser utilizados também em outros sistemas operacionais, além do sistema operacional Windows.
- O sistema gerenciador de banco de dados deverá ser: Relacional e orientado a objetos, Com herança entre as tabelas, Voltado para qualquer tipo de aplicação seja página simples web ou sistema administrativo completo, Com licença BSD que garanta sua continuidade, Plataforma compatível com Unix, como Windows, FreeBSD, OpenBSD, NetBSD, MacOS X, Solaris, HP UX, AIX, BeOS, entre outros; Que seja de livre distribuição e código-fonte aberto, open source. Permitir transações concorrentes; Sem limites de usuários; Utilizar o padrão ACID; Suportar sintaxe SQL de acordo com os padrões ANSI SQL 89, 92 e 99.
- Utilizar solicitação automática para mudança periódica das senhas dos usuários, cuja data de expiração deverá ser calculada individualmente a partir da data de criação do usuário e também a partir da data de alteração da senha do usuário.
- Os Sistemas Aplicativos que devem integrar a Solução Proposta e requisitos a serem por eles cumpridos estão detalhados no item 7 - Definição de Sistema Web Dinâmico - Solução de Tecnologia da Informação - STI e - Especificações Funcionais do Sistema.

3 - DO SUPORTE E APOIO TÁTICO MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS APLICATIVOS

Caso haja necessidade de instalação dos sistemas nas estações de trabalho (estações clientes), a empresa vencedora deverá instalar nas estações de trabalho, definidas pela Prefeitura Municipal, versão dos sistemas aplicativos no prazo contratual acordado, acompanhada de documentação que contenha as orientações necessárias ao seu funcionamento nos equipamentos instalados.

Suporte ao usuário para solução de dúvidas, ocorrências de problemas não previstos e adequação de configuração;

Manutenção corretiva para a pronta correção de erros nos sistemas aplicativos; Implementação Legal de novas funções ou adequação das existentes para atendimento à modificação de legislação municipal, estadual ou federal, com respectiva adequação de fórmula de cálculo e parametrização de cadastros e tabelas.

Disponibilização de novas versões dos sistemas aplicativos contratados, nas quais tenham sido agregadas melhorias ou implementadas novas funções;

4 - SERVIÇOS NECESSÁRIOS À IMPLEMENTAÇÃO DA SOLUÇÃO

A implementação da Solução abrange as tarefas descritas a seguir, que poderão ser agrupadas em etapas e realizadas em paralelo, e de responsabilidade da Contratada. Diagnóstico do ambiente de informações e equipamentos no município, voltado para a implementação da Solução.

O trabalho operacional de levantamento de dados cadastrais que forem necessários ao bom desempenho do sistema locais (levantamento total ou



Juntos em uma nova história!
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Ave. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-Ma.
CNPJ: 06.314.439/0001-75

FLS. Nº 94
Proc. Nº 1209-2021
Rubrica _____

complementação de dados), é responsabilidade da Proponente vencedora, provedora da Solução, sob orientação e suporte da Prefeitura Municipal, inclusive o levantamento de procedimentos e normas inerentes a cada aplicativo.

A conversão e o aproveitamento de dados cadastrais informatizados já existentes na Prefeitura Municipal, são de responsabilidade da empresa fornecedora da Solução, respaldada por garantia contratual em relação à disponibilização desses dados pela Câmara. Nos casos em que houver a necessidade de complementação dos dados através de digitação, também será de responsabilidade da Proponente Vencedora.

Instalação e preparação da operação de todos os sistemas aplicativos componentes da solução.

acompanhamento do uso inicial dos sistemas aplicativos se dará por período necessário ao perfeito domínio pelos usuários da operacionalidade dos mesmos.

Capacitação dos funcionários da Prefeitura Municipal no uso dos sistemas aplicativos, independente do número de usuários.

O treinamento poderá, conforme acordo entre a Prefeitura Municipal e a empresa fornecedora da Solução, ser ministrado nas dependências de uma ou de outra ou em centros de treinamento de terceiros, segundo cronogramas estabelecidos em conjunto.

Os custos para manutenção do centro de treinamento serão de responsabilidade da Proponente, inclusive equipamentos e pessoal para treinamento.

5 - ESPECIFICAÇÕES FUNCIONAIS DO SISTEMA

5.1) SISTEMA DE CONTABILIDADE PÚBLICA - EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA, FINANCEIRA E CONTABILSISTEMA/CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

5.2) SISTEMA DE CONTABILIDADE PÚBLICA

Programação Financeira

Permitir registrar as estimativas de receita e de despesa do município para os diversos meses do ano;

Permitir estabelecer e registrar cotas financeiras por dotação orçamentárias, limitadas às estimativas de receitas, bem como o seu remanejamento;

Permitir a elaboração do plano de aplicação de recursos financeiros que possibilite o uso das cotas financeiras, estabelecendo a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, conforme o Artigo 8º da Lei Complementar 101/2000 (LRF);

Execução Orçamentária e Financeira

Contabilizar as dotações orçamentárias e demais atos de execução orçamentária e financeira para órgão, fundo, ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional, bem como empresa estatal dependente;

No tratamento dos atos de execução orçamentária e financeira, deverão ser usados o Empenho para o comprometimento dos créditos orçamentários, a Nota de Lançamento, ou documento equivalente definido pelo município, para apropriação de receitas e liquidação de despesas e outros registros contábeis e a Ordem de Pagamento para efetivação de pagamentos;

Permitir que os empenhos sejam passíveis de complementação ou anulação parcial ou total;

Permitir que ao final do exercício os empenhos que apresentarem saldo possam ser inscritos em restos a pagar de acordo com a legislação, posteriormente liquidados ou cancelados;

Permitir o bloqueio e desbloqueio de dotações, inclusive objetivando atender ao Artigo 9º da Lei Complementar 101/2000 (LRF);

Permitir iniciar mês ou ano, mesmo que não tenha ocorrido o fechamento contábil do anterior, atualizando saldos e mantendo a consistência dos dados;

Permitir a adoção de sistemática da conta única;

Emitir "Relação de Ordens de Pagamento a serem pagas", para envio ao banco após

assinatura do Ordenador de Despesa;
Possuir rotina para emissão de cheques;
Gerar arquivos em meios eletrônicos contendo dados detalhados de todos os pagamentos a serem efetivados pelo sistema bancário;
Para a conciliação bancária disponibilizar rotina que processe arquivo, recebido diariamente do banco, contendo o movimento de entrada e saída do dia e saldo final das contas correntes.

Prefeitura Municipal de Duque Bacelar				
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	PERIODO MESES	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	Sistema Integrado de Contabilidade Pública	12	R\$ 1.293,33	15.520,00
2	Sistema de Folha de Pagamento	12	R\$ 544,00	6.528,00
3	Portal da Transparencia	12	R\$ 987,67	11.852,00
				33.900,00

Instituto de Previdência Municipal de Duque Bacelar				
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	PERIODO MESES	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
4	Sistema Integrado de Contabilidade Pública	12	R\$ 503,67	6.044,00
5	Sistema de Folha de Pagamento	12	R\$ 289,33	3.472,00
6	Portal da Transparência	12	R\$ 354,67	4.256,00
				13.772,00

Alexandro Furtado da Costa
Sec. Adj. de Administração e Finanças
Portaria: 016/2021

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Infraestrutura





Juntos em uma nova história!
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Ave. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-Ma.
CNPJ: 06.314.439/0001-75

FLS. Nº 97
Proc. Nº 1209.2021
Rubrica _____

TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2021/CPL
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR-MA

ANEXO II

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE
FATO IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO**

..... (MA)....., de2021.

Ilmo. Sr.
Presidente e demais membros da CPL / PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE
BACELAR
N E S T A

Ref.: TOMADA DE PREÇO 005/2021

Prezados Senhores,

O abaixo assinado, na qualidade de representante legal da empresa....., DECLARA, sob as penas da Lei, nos termos do § 2º, do art. 32, da Lei nº 8.666/93 que até esta data, não ocorreu nenhum fato superveniente que seja impeditivo de sua habilitação da licitação em epígrafe.

Atenciosamente,

.....
(assinatura do representante legal da proponente,
em papel timbrado da empresa, devidamente identificado)



Juntos em uma nova história!
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Ave. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-Ma.
CNPJ: 06.314.439/0001-75

FLS. Nº 98
Proc. Nº 1209.2021
Rubrica _____

TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2021/CPL
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR-MA

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII DO ART. 7º, CF/88.

A empresa, signatária, inscrita no CNPJ sob o nº
....., sediada na
....., por seu representante legal, declara, para
fins do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei n.º 8666/93, acrescido pela Lei n.º 9.854/99,
que não possui no seu quadro de pessoal, menor de 18 (dezoito) anos em exercício de
atividade noturna, perigosa ou insalubre, bem como não utiliza para qualquer trabalho ou
atividade, menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14
(quatorze) anos, em conformidade com o Inciso XXXIII do Art. 7º, da Constituição Federal e
com a Lei nº 9.854/99.

.....
(assinatura do representante legal da proponente,
em papel timbrado da empresa, devidamente identificado)



Juntos em uma nova história!
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Ave. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-Ma.
CNPJ: 06.314.439/0001-75

FLS. Nº 99
Proc. Nº 1209.2021
Rubrica _____

TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2021/CPL
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR-MA

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA, DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE, OU DE COOPERATIVA ENQUADRADA NO ARTIGO 34

Empresa, inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr. (a.), portador (a) da Carteira de Identidade nº, e do CPF nº, DECLARA, para fins do disposto no subitem 7.1, do Edital, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar no 123, de 14/12/2006, regulamentada pelo Decreto no 6.204, de 5 de setembro de 2007, sendo enquadrada como:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar no 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar no 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa esteja excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006.

Duque Bacelar-MA, xx de xxxxxxxx de xxxx.

.....
(assinatura do representante legal da proponente,
em papel timbrado da empresa, devidamente identificado)



Juntos em uma nova história!
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Ave. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-Ma.
CNPJ: 06.314.439/0001-75

FLS. Nº 100
Proc. Nº 1209-2021
Rubrica _____

TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2021/CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR-MA

ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO Nº /XXXXX

CONTRATO Nº /XXXX

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE
ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL E A
EMPRESA XXXX

1. A prefeitura Municipal de Duque Bacelar, com sede na **Ave. Coronel Rosalino, S/N - Centro, Duque Bacelar/Ma.** inscrito no CNPJ sob o nº 06.314.439/0001-75, através da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Infraestrutura, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. XXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, casado, portador do CPF n.º XXXXXXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, denominada **CONTRATANTE**, e a empresa XXXX, inscrita no CNPJ nº XXXX, com sede na XXXX, CEP XXXX, no Município de XXXX, denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Senhor XXXX, portador da Cédula de Identidade nº XXXX e CPF nº XXXX, tendo em vista o que consta no Processo nº XXXX, e o resultado final da **Tomada de Preços XXXX/XXXX**, com fundamento na Lei nº 8.666, de 1993, no Decreto nº 2.271, de 1997, e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O contrato tem como objeto a Prestação de serviços continuados de disponibilidade de Sistema Operacional de Folha de Pagamento, Contabilidade e Informações no Portal da Transparência, destinados à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Infraestrutura e para o Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores de Duque Bacelar-MA/FAPEDUQUE, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Projeto Básico e no Edital e seus Anexos.

1.2. O Projeto Básico da Tomada de Preço nº. XX/2021, bem como a proposta da contratada, completam o presente termo de contrato como se nele estivessem transcritos.

1.3. Integra, ainda, o objeto dessa contratação, serviços de Treinamento, Conversão de dados, Customização, Manutenção Corretiva, Legal e Atendimento Técnico Especializado, atendendo as características e especificações técnicas legais junto ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, conforme especificações.

4

1.4. A presente locação Software de Contabilidade e Folha de Pagamento terá aspectos da irretratabilidade, irrevogabilidade, não exclusividade e intransferível para usar o Software e seus direitos autorais pertencem inteiramente ao contratado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 2.1 - Indicar os locais onde a Contratada deverá prestar os serviços, objeto do contrato.
- 2.2 - Notificar à Contratada qualquer irregularidade ou defeito encontrado na prestação dos serviços.
- 2.3 - Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste contrato.
- 2.4- Zelar pela integridade e segurança das bases de dados mediante rotinas periódicas de cópias dos dados (backup).

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 3.1.- Prestar os serviços, objeto do contrato na forma pactuada;
- 3.2 - Dar ciência a Prefeitura Municipal , imediatamente, e por escrito, de qualquer anormalidade existente na prestação dos serviços, mesmo que não sejam de sua competência;
- 3.3 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;
- 3.4 - A ausência ou omissão da fiscalização da Prefeitura Municipal não eximirá a Contratada das responsabilidades previstas no contrato;
- 3.5 - Ser responsável pela implantação, dos serviços de conversão dos dados existentes, pelos layouts fornecidos pela Prefeitura Municipal, customização e instalação dos sistemas e treinamento necessários à transferência dos conhecimentos que possibilitem o domínio dos sistemas por parte da Prefeitura Municipal.
- 3.6 - O Prazo Máximo de Implantação, Treinamento e Customização será de 30 (trinta) dias, contados após a assinatura do contrato.
 - 3.6.1 - Deverá ser dada a consultoria e acompanhamento para Prefeitura Municipal em si, e ela, junto ao Tribunal de Contas do Estado "TCE" nos problemas relacionados ao sistema, nas áreas contábeis (Orçamento, Balancete, Balanço geral, etc...), (Sefip, Dirf, Rais, ,etc) e quaisquer outras relacionadas aos módulos do sistema contratado. 18
- 3.7 - Deverá a CONTRATADA observar, também, o seguinte:
 - 3.7.1 - - É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE durante a vigência deste contrato;
 - 3.7.2 - É expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE;
 - 3.7.3 - É vedada a subcontratação de outra empresa para a execução da totalidade do objeto deste contrato.
- 3.8-À CONTRATADA caberá, ainda:
 - 3.8.1 - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;
 - 3.8.2 - Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie,



forem vítimas os seus empregados quando da execução objeto deste contrato ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;

3.8.3 - Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência; e

3.8.4 - Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes deste contrato.

3.8.5 - A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

4.1 - A execução deste contrato, bem como os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e dos princípios gerais de direito.

4.2 - O software contratado, com todos os aplicativos, deverá ser instalado no servidor da Prefeitura Municipal em até 5 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do contrato.

4.3 - O prazo máximo de Implantação, Treinamento e Customização será de 30(trinta) dias.

4.4 - A manutenção adaptativa e evolutiva será realizada conforme a necessidade do Município, diante das novas tecnologias e normativas do TCE/MA.

CLÁUSULA QUINTA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

5.1 - Durante a sua vigência o contrato será acompanhado e fiscalizado pela Prefeitura Municipal ou por servidor devidamente autorizado para tal, representando o CONTRATANTE.

5.2 - O representante anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

5.3 - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas ao Secretário responsável da CONTRATANTE, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

5.4 - Além do acompanhamento e da fiscalização, o gestor do contrato designado pela CONTRATANTE poderá, ainda, sustar qualquer execução que esteja em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.

5.6 - Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução do contrato, a CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessas responsabilidades, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a execução do objeto contratual, diretamente ou por prepostos designados.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA E DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

6.1- O prazo de vigência do contrato será a partir da data da assinatura do instrumento até 31 de dezembro de 2021, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.





Juntos em uma nova história!
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Ave. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-Ma.
CNPJ: 06.314.439/0001-75

FLS. Nº 103
Proc. Nº 1209.7071
Rubrica _____

6.2. Após o término de vigência do prazo inicial, o presente contrato poderá ser prorrogado, nos termos do Art. 57, inciso II, mediante termo aditivo, até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que atendidos todos os requisitos abaixo:

- 6.2.1. Os serviços foram prestados regularmente;
- 6.2.2 Não aplicação de punições de natureza pecuniária por 3 (três) vezes ou mais;
- 6.2.3 A Administração ainda tenha interesse na realização dos serviços;
- 6.2.4. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;
- 6.2.5. Concordância expressa da CONTRATADA pela prorrogação.

6.3 - O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto desse contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PREÇOS, DA FORMA DE PAGAMENTO E GARANTIA CONTRATUAL

os tributos incidentes e demais encargos, enfim, todos os custos diretos e indiretos.

7.1 - O valor da Locação do Software e manutenção adaptativa e evolutiva é de R\$ _____ (_____). No valor contratado estão inclusas todas as despesas com materiais e equipamentos, mão de obra, transportes, leis sociais, ferramentas, seguros, todos os tributos incidentes e demais encargos, enfim, todos os custos diretos e indiretos Sendo que o pagamento será realizado em 10 (dez) parcelas de igual valor, mensais, contados a partir da assinatura do contrato, mediante a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo servidor competente .

7.3 - As notas fiscais emitidas pela Contratada deverão ser pagas pela Prefeitura Municipal em até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal.

CLÁUSULA OITAVA- DA DESPESA

8.1- O objeto desta licitação será efetuado à conta das classificações orçamentárias:

PREFEITURA

02 02 03 - Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Infraestrutura;

04 122 0003 2017 - Manutenção e Funcionamento das Unidades Administrativas;

02 06 01- FAPEDUQUE

09 271 0032 2121 - Manutenção e Funcionamento do FAPEDUQUE

ELEMENTO DE DESPESA:

3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica

CLÁUSULA NONA - DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

9.1 - O prazo para assinatura do contrato será de **05 (cinco) dias**, a contar da data em que o licitante vencedor for convocado pela Prefeitura Municipal.

9.2 - Decorrido o prazo e não-comparecendo à Prefeitura Municipal o licitante vencedor para assinar o termo de contrato, ele decairá do direito à contratação, sem prejuízo das sanções prevista no art. 81 da Lei nº. 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração do CONTRATANTE ou Administração Pública poderá, garantida a prévia defesa de 5 (cinco) dias úteis, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.2.1 - Advertência;

10.2.2 - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto contratado, recolhida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da comunicação oficial;

10.2.3 - Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

10.3 - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a CONTRATADA que:

10.3.1 - Ensejar o retardamento da execução do objeto deste contrato;

10.3.2 - Não mantiver a proposta, injustificadamente;

10.3.3 - Comportar-se de modo inidôneo;

10.3.4 - Fizer declaração falsa;

10.3.5 - Cometer fraude fiscal;

10.3.6 - Falhar ou fraudar na execução deste contrato.

10.4 - Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do CONTRATANTE e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.

10.5 - Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas nos itens 10.1 a 10.3 desta Cláusula.

10.6 - As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA RESCISÃO

11.1 - A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

11.2 - A rescisão deste contrato poderá ser:

10



Juntos em uma nova história!
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Ave. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-Ma.
CNPJ: 06.314.439/0001-75

FLS. N° 105
Proc. N° 1209.2021
Rubrica _____

11.2.1 - Determinada por ato unilateral e escrita da Administração do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

11.2.2 - Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração do CONTRATANTE;

11.2.3 - Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

11.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

11.3.1 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS:

12.1. Os casos omissos serão resolvidos as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Coelho Neto com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Município de Duque Bacelar/MA, XX de xxx de xxxx.

Pela CONTRATANTE

Pela CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF n°:

Nome:
CPF n°:

16